



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

181
M

1ª Câmara de Direito Público

Agravo no Reexame Necessário nº. 0327832-2 (0117426-70.2009.8.17.0001)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Amilton Alves Bezerra

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. TERMINATIVA. RECURSO DE AGRAVO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. DIREITO HUMANO À SAÚDE. DIOVAN TRIPLO E ABLOK PLUS. PORTADORA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL (CID 10:I.10). PEDIDO DE EXCLUSÃO OU REDUÇÃO DO VALOR DA MULTA DIÁRIA, A QUAL FOI FIXADA EM R\$ 1.000,00. IMPOSSIBILIDADE. VALOR ADEQUADO. ENTENDIMENTO PACIFICADO NESTE EGRÉGIO TRIBUNAL. RECURSO DE AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO.

1. Através do presente recurso, o agravante pretende apenas a exclusão da multa diária, ou, ao menos, a redução do seu valor.
2. Incabível a exclusão da multa diária, visto que as astreintes tem o escopo de fazer cumprir a ordem judicial, além de evitar a mora injustificada do demandado.
3. O valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) está de acordo com os parâmetros utilizados em casos análogos, não havendo motivo para a sua redução.
4. Recurso de Agravo **DESPROVIDO** por unanimidade..

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo nº 0327832-2 (0117426-70.2009.8.17.0001), ACORDAM os Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso de Agravo, nos termos do relatório, voto, notas taquigráficas e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 27 de 05 de 2014.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

182
M

1ª Câmara de Direito Público

Agravo no Reexame Necessário nº. 0327832-2 (0117426-70.2009.8.17.0001)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Amilton Alves Bezerra

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto com fundamento no art. 557, §1º do CPC, em face da decisão terminativa que negou provimento ao Reexame Necessário, mantendo a decisão que obrigou o Estado de Pernambuco a fornecer o medicamento BORTEZOMIDE (VELCADE), para o recorrido, o qual é portador de mieloma múltiplo, sob pena de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) e condenou o réu ao pagamento de honorários advocatício no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais).

Nas razões deste recurso, o agravante se insurge apenas contra a multa diária, afirmando que ela é incabível. Alternativamente, pede a redução do seu valor.

Dessa forma, requer a retratação da decisão aqui rebatida ou, caso não seja assim entendido, pugna para que o recurso venha a ser apreciado pela Câmara..

Em síntese, é o relatório.

Recife, 27 de 5 de 2014.


Des. Erik de Sousa Dantas Simões
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

183
M

1ª Câmara de Direito Público

Agravo no Reexame Necessário nº. 0327832-2 (0117426-70.2009.8.17.0001)

Agravante: Estado de Pernambuco

Agravado: Amilton Alves Bezerra

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

VOTO

Examinando detidamente os autos, constato que os argumentos trazidos pelo agravante são insuficientes para ensejar o provimento do Agravo.

Analisando os autos, vejo que não merece ser acolhido o pedido do agravante. Sabe-se que a multa tem o escopo de fazer cumprir a ordem judicial, bem como de evitar a mora injustificada do demandado. No presente caso, o juiz "*a quo*" arbitrou o numerário de R\$ 1000,00 (um mil reais) a título de multa por dia de descumprimento. Não vislumbro excesso em tal valor, visto que quantia aplicada está dentro dos parâmetros utilizados em casos análogos.

Ademais, se o recorrente cumpre a obrigação judicial, não há porque temer o valor arbitrado, ao menos que uma redução o fizesse pensar no descumprimento da ordem, o que penso não ser o caso.

Segue decisão nessa linha:

CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO CUJO SEGUIMENTO FOI DENEGADO VIA DECISÃO TERMINATIVA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE. DEVER DO ESTADO EM FORNECER MEDICAMENTO. DIREITO HUMANO À VIDA E À SAÚDE. IRRESIGNAÇÃO APENAS QUANTO AO VALOR FIXADO A TÍTULO DE ASTREINTES. DESCABIMENTO. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1.(...) 3.É entendimento uníssono do Superior Tribunal de Justiça a possibilidade de fixação de multa contra Fazenda Pública quando se tratar de prestação de fazer, que pode se dá de ofício ou a requerimento da parte. É de se ver como possível a fixação da multa, mesmo em face da Fazenda Pública, como forma de compeli-la a cumprir a obrigação de fazer. 4. No presente caso, o valor de R\$ 1.000,00 a título de multa, entendo que é viável, porque o que está em discussão é o direito à saúde de paciente, criança e que está sofrendo com as oscilações glicêmicas provocadas pela doença. O remédio ajudará a controlar os picos de hipo e hiperglicemia que podem provocar sérias complicações, inclusive, levando

(Assinatura)



184
M

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões

o paciente à óbito. (...) 6. À unanimidade, negou-se provimento ao Recurso de Agravo.

(TJPE - AGV 2796498 PE 0015183-46.2012.8.17.0000 - Relator: Luiz Carlos Figueiredo - 3ª Câmara de Direito Público – 13/09/2012)

Portanto, deve ser mantido o valor da multa diária arbitrada pelo juiz “a quo”.

Advirto que o Art. 557, §1º, CPC preceitua que a parte inconformada com a decisão do relator, pode provocar a análise do colegiado competente para conhecer do recurso mediante a interposição de agravo. Segundo Marinoni¹, rigorosamente, esse agravo apenas desobstrui a via normal do recurso originariamente interposto, ou seja, a única finalidade é permitir a análise, pelo colegiado, do recurso julgado monocraticamente.

A inicial deste agravo não acrescentou nenhuma tese a ponto de modificar o entendimento pacificado e explicitado no julgamento proferido no Recurso de Apelação. Como afirmou a Min. Cármen Lúcia no recente julgamento do Ag.Reg. no AI nº 836.688-PE-07/08/2012: “Os argumentos dos Agravantes, insuficientes para modificar a decisão agravada, demonstram apenas inconformismo e resistência em pôr termo a processos que se arrastam em detrimento da eficiente prestação jurisdicional.”.

Diante do exposto, o meu voto é no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso.

É como voto.

Recife, de de 2014.

Des. Erik de Sousa Dantas Simões

Relator

¹ Marinoni, Luiz Guilherme. *Código de Processo Civil comentado artigo por artigo* - Ed. Revista dos Tribunais, 2008, p.581,582 e 583.